

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Caso

Mineração de ouro informal

em Madre de Dios, Vicariato de

Puerto Maldonado, Peru

Madre de Dios, Amazônia peruana

Patrick McQuestion

Doutorando, Instituto Kroc de Estudos Internacionais para a Paz, Escola Keough de Assuntos Globais,
Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos



Resumo

A população de Madre de Dios mais que dobrou entre 2000 e 2026. A chegada de um grande número de garimpeiros de ouro remodelou o panorama social, político e ecológico da região de maneiras sem precedentes. Essas mudanças rápidas criaram vários desafios de governança para os quais nem o Estado nem o mercado ofereceram soluções. Com base em décadas de experiência pastoral na região, a Pastoral Social do Vicariato de Puerto Maldonado assumiu o papel de ator de governança e preencheu algumas das lacunas institucionais geradas pelo subinvestimento público na região. Este estudo de caso destaca três aspectos de seu trabalho: apoio organizacional ao processo de formalização da mineração, com foco nas garimpeiras artesanais; assistência técnica em colaboração com a comunidade científica para introduzir práticas de mineração “responsáveis”, como mesas de agitação sem mercúrio e reflorestamento; e apoio empreendedor para meios de subsistência alternativos baseados na floresta. O caso ilustra como a Igreja Católica em Madre de Dios atua como um nó central em um ecossistema com múltiplos atores que abrange as dimensões científica, econômica e agrícola para promover a ecologia integral diante da devastação ecológica e da violência. O caso desafia uma perspectiva orientada para o conflito que, até agora, tem caracterizado os relatos sobre o envolvimento da Igreja Católica na mineração na América Latina.

1. Contexto

Este estudo de caso analisa as ações da Igreja Católica peruana para responder às consequências sociais e ecológicas da mineração informal de ouro na Amazônia peruana, na província de Madre de Dios, no sudeste do país. Desde 2000, a demanda por ouro aumentou significativamente em todo o mundo, assim como seu preço, que subiu mais de quinze vezes, passando de cerca de US\$ 280 por onça em 2000 para mais de US\$ 4.000 por onça em 2025 (Hartigan, 2025; World Gold Council, s.d.). No Peru, esse aumento da demanda coincidiu com duas mudanças distintas nas regras que regem o setor de mineração. Primeiro, o marco de investimento introduzido por Alberto Fujimori na década de 1990 – que colocou investidores estrangeiros e nacionais em pé de igualdade e removeu a maioria das barreiras ao investimento estrangeiro direto na mineração – permaneceu praticamente intacto, sustentando fluxos constantes de capital para áreas anteriormente inexploradas. Em segundo lugar, a Lei do Canon Minero (2001) e a Lei dos Governos Regionais (2002) transferiram uma parcela significativa da receita tributária da mineração e da autoridade regulatória para os governos regionais e locais, reformulando a forma como os custos e benefícios da extração são distribuídos pelo território. Juntas, essas mudanças tiveram impactos significativos em regiões como Madre de Dios.

Em Madre de Dios, a população mais que dobrou entre 2000 e 2026, chegando a mais de 200.000 pessoas atualmente. Esse crescimento levou à rápida urbanização da capital da província, Puerto Maldonado. A chegada de um grande número de garimpeiros de ouro e as atividades econômicas facilitadas pela Rodovia Interoceânica,¹, remodelaram o panorama social, político e ecológico da região de maneiras sem precedentes. Essas rápidas mudanças criaram vários desafios de governança para os quais nem o Estado nem o mercado ofereceram soluções. A Igreja Católica, por meio de sua Pastoral Social do Vicariato de Puerto Maldonado, não apenas prestou assistência humanitária às comunidades indígenas afetadas, mas também assumiu o papel

¹ A rodovia, concluída em 2011, conecta a Amazônia peruana aos portos dos oceanos Atlântico e Pacífico. Ela impulsionou a agricultura, o desmatamento ilegal e a mineração de ouro na região, além de ter causado desmatamento em grande escala e contaminação da água (Goldstein, 2022; Klarenberg et al., 2018).

de ator de governança para promover a ecologia integral e preencher algumas das lacunas institucionais produzidas pelo subinvestimento público na região.

Com base em pesquisa de campo realizada em Madre de Dios entre 2024 e 2025,² este estudo de caso destaca três aspectos da resposta do Vicariato aos desafios da mineração ilegal de ouro: apoio organizacional ao processo de formalização da mineração, com foco nas mulheres garimpeiras; assistência técnica em colaboração com a comunidade científica para introduzir práticas de mineração “responsáveis”, como



mesas de agitação sem mercúrio e reflorestamento; e apoio empreendedor a meios de subsistência alternativos baseados na floresta por meio da cooperativa COOPSSUR da Pastoral Social. O caso ilustra como a Igreja Católica em Madre de Dios está na vanguarda da governança ambiental, valendo-se de décadas de experiência pastoral na região e dos princípios teológicos da *Laudato Si'*, que fortaleceram seu trabalho de e o social e ecológico já em andamento. Ela atua como um nó central em um ecossistema de múltiplos atores que abrange dimensões científicas, econômicas e agrícolas para promover a ecologia integral diante da devastação ecológica e da violência. Antes de descrever a situação da mineração de ouro em Madre de Dios e analisar as respostas da Igreja, apresento brevemente algumas informações sobre a Igreja Católica no Peru, especialmente a influência da teologia da libertação e da *Laudato Si'*, e o contexto geral da mineração no país.

Assim como a Igreja no Brasil (ver o estudo de caso sobre a mina de ouro Belo Sun na diocese do Xingu), a Igreja Católica peruana interpretou o Concílio Vaticano II à luz das realidades da pobreza e da desigualdade. Um grande segmento da Igreja peruana abraçou o movimento emergente da teologia da libertação, promovendo comunidades eclesiais de base e aplicando a metodologia de ação social “ver-julgar-agir” (Mainwaring e Wilde, 1989). Grande parte desse impulso decorreu da obra de Gustavo Gutiérrez, cuja palestra de 1968 “Hacia una teología de la liberación” – proferida poucas semanas antes da histórica conferência de Medellín do CELAM e posteriormente ampliada em seu livro de 1971, *Teologia da Libertação* – deu ao movimento tanto seu nome quanto seu texto fundamental. Naquele mesmo ano, o Sínodo Mundial dos Bispos reuniu-se em Roma, produzindo *Justiça no Mundo*, um documento substancialmente moldado por bispos de regiões mais pobres e notável por declarar que “a ação em prol da justiça e a participação na transformação do mundo” são uma “dimensão constitutiva da pregação do Evangelho” (Helgen 2020, p. 202; Sínodo dos Bispos, 1971). Os bispos peruanos contribuíram ativamente para essa corrente dentro do catolicismo global, defendendo a pedagogia crítica na educação, maior participação dos leigos na administração paroquial e a proteção dos direitos humanos.

Na prática, o ativismo católico no Peru foi mobilizado por meio de canais como o Instituto para a Educação Rural (IER), fundado em 1961 para oferecer capacitação técnica às comunidades agrícolas. Durante o regime militar de esquerda do general Juan Velasco Alvarado (1968–1975), o IER, que operava a partir das estruturas organizacionais da Igreja em nível local em todo o país, tornou-se um canal para programas de reforma agrária por meio de iniciativas educacionais e da formação de sindicatos e associações *campesanas*. Embora a reforma agrária não tenha continuado sob a ditadura do general Francisco Morales-Bermúdez (1975–1980), o IER continua em atividade até hoje, atendendo às necessidades dos cidadãos mais marginalizados do Peru.

² Este estudo de caso baseia-se no projeto de pesquisa de doutorado do autor, “Resolução de Conflitos e Governança Extrativa na Colômbia e no Peru”, na Universidade de Notre Dame.

Sob o regime de Morales-Bermúdez e durante a era da transição democrática, o papel da Igreja no desenvolvimento da comunidade local mudou do apoio econômico para a defesa dos direitos humanos. Os líderes da Igreja estavam amplamente unidos na condenação da violência estatal sob o regime militar repressivo e continuaram a fazê-lo durante a violência política das décadas de 1980 e 1990, quando as forças do Estado enfrentaram os grupos guerrilheiros insurgentes, notadamente o *Sendero Luminoso* e o *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru*. Os paroquianos organizaram associações para-eclesiais de direitos humanos, como a Associação Pró-Direitos Humanos (APRODEH) e o Instituto de Defesa Legal (IDL), ambas fundadas em 1983, e a Associação das Famílias das Vítimas do Terrorismo (AFAVIT) em 1992 (Zegarra, 2023, pp. 22–23).

Durante esse período, no entanto, a ação social da Igreja começou a enfrentar resistência externa e interna sobre como responder aos novos desafios sociais e econômicos, especialmente em torno da mineração. Na época do Concílio Vaticano II e em seu período posterior, entre 1950 e 1975, o setor de mineração contribuía com uma parcela relativamente modesta (cerca de 11%) para o produto interno bruto (PIB) nacional em comparação com os períodos anteriores e posteriores. Essa tendência mudou drasticamente com a introdução das primeiras reformas neoliberais sob a ditadura de Morales-Bermúdez e durante o período de transição democrática, quando a participação do setor subiu para cerca de 17%, permanecendo em níveis ligeiramente mais altos (cerca de 13%) de forma consistente desde 1990 (Banco Central de Reserva do Peru, vários anos).

A eleição do Papa João Paulo II, em 1978, marcou o início de uma nova fase na Igreja Católica, tanto a nível mundial quanto no Peru. Originário da Polônia, país que fazia parte do Bloco Soviético, o novo Papa mostrava-se cético em relação aos elementos marxistas da teologia da libertação, incluindo a análise estrutural do conflito de classes. No Peru, ele nomeou vários bispos que se oporiam veementemente aos princípios da teologia da libertação, segundo os quais a ação pela justiça é parte essencial da missão da Igreja, como o padre do Opus Dei Juan Luis Cipriani Thorne, em Ayacucho, que mais tarde se tornaria arcebispo de Lima entre 1999 e 2019. Essa posição em relação à missão da Igreja coincidiu com uma hiperinflação recorde, guerra civil e corrupção governamental, cada uma delas criando crises de legitimidade para os projetos políticos de Fernando Belaúnde (1980–1985) e Alan García (1985–1990). Essas circunstâncias levaram a um questionamento fundamental do papel da Igreja na vida econômica e social do país, e houve uma divisão interna entre aqueles que defendiam a ação em prol da justiça social e aqueles que viam o papel da Igreja como puramente sacramental e humanitário, prestando assistência aos necessitados sem questionar as estruturas que mantêm as pessoas na pobreza.

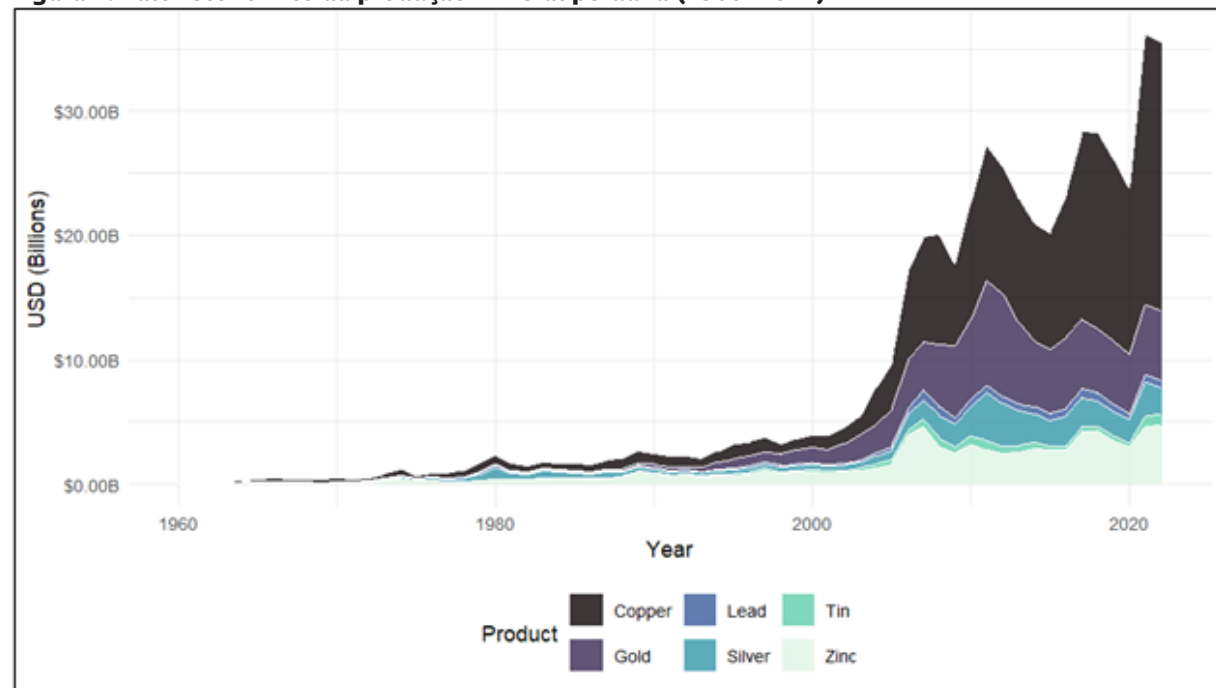
Alberto Fujimori (1990–2000) transformou ainda mais a estrutura política e econômica do Peru e, nesse processo, inibiu ainda mais a participação da Igreja na ação social e política. O estilo autocrático de Fujimori – simbolizado pelo *autogolpe* de 1992 e pelo uso sistemático dos serviços de inteligência para disciplinar a sociedade civil – reduziu o espaço em que sindicatos ligados à Igreja, associações *campesanas* e grupos de direitos humanos podiam atuar, ao mesmo tempo em que seu governo privatizou centenas de empresas estatais em diversos setores econômicos, incluindo a mineração, e removeu os subsídios estatais e os controles de preços que beneficiavam os cidadãos mais pobres do Peru. Restrições econômicas mais flexíveis fortaleceram as empresas multinacionais, muitas das quais passaram a ofuscar o Estado em termos de recursos e poder. Juntamente com as reformas de descentralização do início dos anos 2000, essas políticas resultaram em um crescimento sustentado da participação do setor de mineração na economia peruana.

À medida que o investimento privado se expandia, os esforços de defesa da Igreja passaram do setor público para o setor privado. Nesse novo contexto, surgiram líderes “empreendedores” que buscavam fortalecer a posição dos pobres dentro da economia política neoliberal. Escrevendo no final da era Fujimori, Sarah Brooks (1999) documentou como líderes da Igreja local formaram alianças com o setor privado para fazer campanha pelos direitos das crianças, indenização trabalhista e outras proteções sociais e econômicas. Em um caso

marcante, a Comissão Episcopal para a Ação Social (Comisión Episcopal para la Acción Social, CEAS) adquiriu uma fábrica de processamento de ouro em Caravelí, Arequipa, para ampliar seu alcance no setor de mineração (“Pastoral Minera”). Os agentes da Igreja, escreve Brooks, “treinaram a população local para administrar a usina de processamento e se envolver em empreendimentos produtivos com o objetivo de acabar com sua dependência de subsídios externos e da assistência alimentar do governo” (Brooks 1999, p. 71). Essas atividades representaram, em parte, uma continuação dos princípios de justiça social da Igreja pós-conciliar no Peru, mas também refletiram uma transformação substancial em termos de estrutura e estratégia, voltada para apoiar o desenvolvimento humano por meio do empoderamento econômico no setor privado.

Embora a mineração represente hoje uma fonte mais estável de crescimento macroeconômico para o Peru, ela tem um alto custo ecológico e social para algumas comunidades. O boom global das commodities, iniciado por volta de 2007, e a demanda por minerais de terras raras incentivaram o setor de mineração a crescer a níveis sem precedentes (ver Figura 1). O cobre e o ouro dominam as exportações de minerais peruanos e, como são relativamente acessíveis aos mineiros artesanais, o país possui hoje também setores de mineração informal em expansão.

Figura 1. Valor econômico da produção mineral peruana (1960–2024)



Fontes: Banco Central de Reserva do Peru (BCRP) e Banco Mundial (valores estimados de exportação).

Apesar das mudanças descritas acima, a posição da Igreja Católica no Peru em relação à mineração permaneceu, em geral, consistente desde a década de 1960. Em vez de propor soluções políticas propriamente ditas, a Igreja assumiu posições morais sobre questões-chave, atuando como mediadora em conflitos locais que surgiram em contextos onde os interesses das empresas de mineração e das comunidades estavam em conflito, como nos casos de Tambogrande (província de Piura) e La Oroya (província de Junín), onde empresas de mineração comercial adquiriram concessões em terras valiosas e sagradas, precipitando uma reação da comunidade que foi canalizada por representantes da Igreja nas negociações com autoridades do Estado para o adiamento das atividades de mineração (Ávila Fernández, 2004; Barreto, 2005). Desde as reformas de liberalização da década de 1990, a Igreja tornou-se ativa na sociedade civil como mediadora de soluções em conflitos de mineração (Arellano-Yanguas, 2014). A publicação da *Laudato Si'* em 2015 uniu a Igreja Católica peruana em torno da

defesa dos direitos humanos e da proteção ambiental no setor de mineração, juntamente com a nomeação de bispos pelo Papa Francisco, alinhada com o Concílio Vaticano II, e a substituição do Cardeal Cipriani em 2019. Mas, pelo menos desde 2000, Madre de Dios tem sido um local-chave onde a Igreja peruana inovou nessa direção, representando a vanguarda de uma era ambientalista na pastoral social e trazendo respostas inovadoras aos desafios socioeconômicos e ecológicos decorrentes da mineração. A expansão da mineração informal, em particular, levanta problemas específicos que exigem respostas além da mediação.

2. Mineração informal de ouro em Madre de Dios

O território de Madre de Dios não faz parte de uma diocese, mas de um território missionário: o Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, que é a representação institucional da Igreja na região. Fundado inicialmente como prefeitura apostólica em 1900 pelo Papa Leão XIII e elevado a vicariato em 1956, tem sido dirigido pela Ordem Dominicana e é atualmente liderado pelo bispo-vigário David Martínez de Aguirre Guinea, OP. Sua jurisdição pastoral, dividida em 19 paróquias e 7 postos missionários, abrange um território de aproximadamente 150.000 quilômetros quadrados (cinco vezes o tamanho da Bélgica) em uma das regiões com maior biodiversidade e menor densidade populacional da América Latina. A área é composta por mais de 90% de floresta tropical e abriga mais de 37 comunidades indígenas nativas (Torre-Marín Rando et al., 2021).

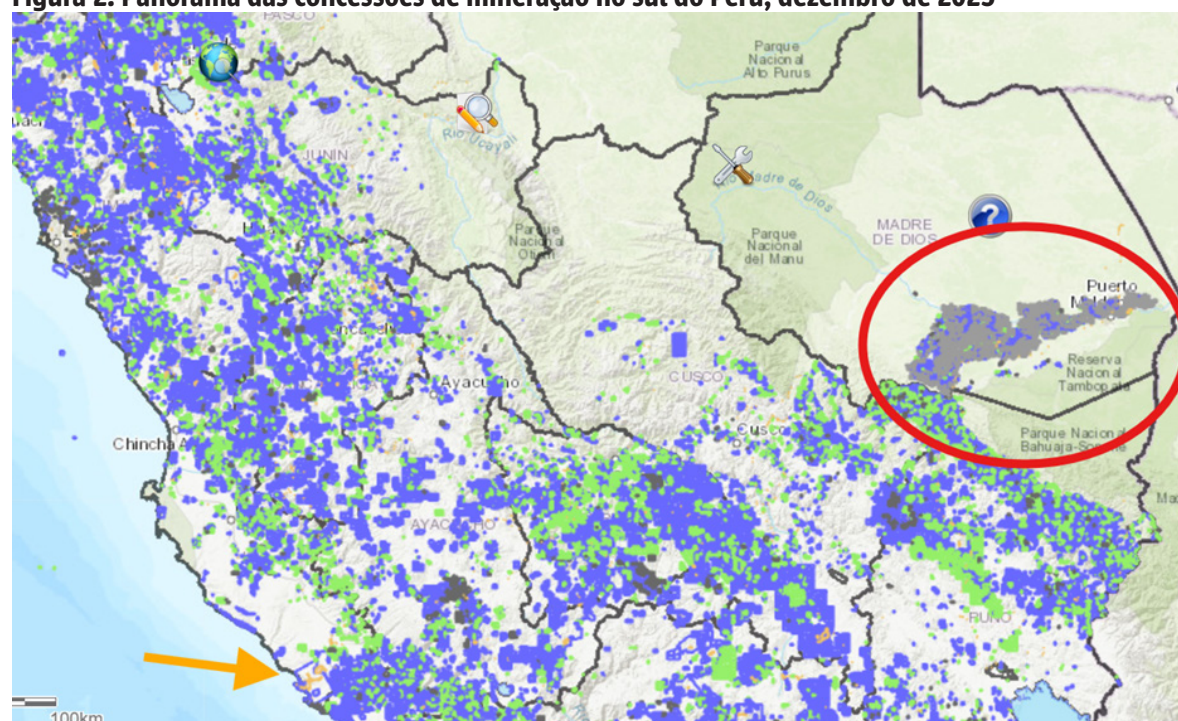
O Vicariato é composto por um conjunto de membros eclesiais e leigos e colabora com um conjunto de instituições para cumprir sua missão social e ambiental (Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, s.d.). A Cáritas Madre de Dios (ou *Pastoral Social Madre de Dios*), braço institucional do Vicariato para o trabalho de desenvolvimento, administra programas de campo nas áreas de agrossilvicultura e assistência social. Isso inclui a COOPSSUR (*Cooperativa Agrária de Serviços Múltiplos Sul-Oriente*), uma iniciativa central de liderança empreendedora que reúne a gestão de terras e recursos entre as comunidades agrícolas ao longo do corredor da Rodovia Interoceânica e se estende às comunidades ao longo dos afluentes dos rios Tambopata e Madre de Dios. Fora da estrutura organizacional do Vicariato está o Centro para a Inovação Científica Amazônica (CINCIA), uma organização não governamental local fundada em 2016 em colaboração com a Universidade Wake Forest. É liderado por um biólogo e fundador da Caritas Madre de Dios, Cesar Ascorra. O CINCIA realiza pesquisas científicas sobre os impactos da mineração na região e lidera esforços de restauração ecológica. Mais recentemente, o Programa Universitário Amazônico (PUAM) foi criado em resposta às conclusões do Sínodo Pan-Amazônico de 2019 para oferecer ensino superior em toda a região, em coordenação com a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA) e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Essas instituições não estão formalmente constituídas como uma rede ou programa, mas a sobreposição de pessoal e missões entre elas orienta a estratégia pastoral social multifacetada do Vicariato. Grande parte da força centrípeta que une essa rede tem sido a expansão dramática da mineração de ouro informal e ilegal³ em Madre de Dios (MDD) desde o início dos anos 2000, e os desafios específicos que ela traz para a região.

³ A mineração artesanal e de pequena escala de ouro (ASGM) informal e ilegal refere-se à extração em pequena escala, de mão de obra intensiva e baixo capital – tipicamente por indivíduos, famílias ou cooperativas não registradas – que utiliza tecnologia rudimentar (canais de lavagem, dragas, amálgama de mercúrio) e opera fora ou apenas parcialmente dentro dos marcos regulatórios nacionais. Os garimpeiros “informais” às vezes estão registrados no regime de transição REINFO (Registro Integral para a Formalização da Mineração) do Peru, mas ainda não cumprem integralmente os requisitos ambientais, trabalhistas e tributários; os garimpeiros “ilegais” são aqueles que operam sem qualquer registro ou dentro de áreas legalmente protegidas, como parques nacionais ou reservas indígenas, onde a mineração é proibida. Globalmente, a ASGM produz cerca de 15–20% do ouro mundial e sustenta a subsistência de aproximadamente 15 milhões de mineiros em mais de 70 países, ao mesmo tempo em que constitui a maior fonte de emissões antropogênicas de mercúrio (Gibb e O’Leary, 2014; Keane et al., 2023).

Ao contrário de outros conflitos em torno de locais de extração, nos quais empresas de mineração com concessões de terras reivindicam o direito de iniciar operações e a comunidade local reage, os conflitos em torno da mineração informal são mais amorfos e difíceis de observar. Isso se deve a dois fatores parcialmente relacionados. Primeiro, a mineração informal é uma atividade não regulamentada. Ao invés de empresas de capital aberto com conselhos corporativos ou executivos que possam ser levados à mesa de negociações, a mineração informal é um empreendimento coletivo fragmentado, envolvendo vários intermediários informais. Não existe um único “setor” de mineração informal propriamente dito, mas sim um conjunto composto e dinâmico de operações, de pequena a média escala, que atrai uma variedade de atores e atividades especulativas. Líderes religiosos, organizações da sociedade civil e até mesmo gabinetes de ouvidoria locais não têm contrapartes claras com quem dialogar para estabelecer regras de governança sobre o setor extrativo. Em segundo lugar, a previsibilidade dos conflitos na mineração informal é baixa ou inexistente. Como suas fronteiras são indefinidas e os custos de entrada são relativamente baixos, as áreas de mineração informal são ambientes fluidos onde conflitos sobre território, maquinário, preços e outros elementos podem eclodir, às vezes diariamente.

Essas duas facetas da mineração informal – atividades não regulamentadas e imprevisibilidade – criam muitos desafios para a governança e, conseqüentemente, para a ação da Igreja em prol da justiça social e da proteção ambiental. Essa complexidade é ressaltada também por anomalias jurídicas, conforme refletido na situação das concessões de mineração em áreas como Madre de Dios. Um panorama de dezembro de 2025 das concessões de mineração registradas nas regiões do sul do Peru, disponível publicamente no site do GEOCATMIN, mostra que, em Madre de Dios, a maioria das concessões de mineração está vencida (*extinguidas*), misturada com algumas poucas ainda em vigor (*vigentes*) (ver Figura 2). Esse panorama de concessões expiradas é exatamente onde a expansão da mineração informal se enraíza: um estudo de 2024 do registro regional de concessões constatou que, dos 2.702 direitos de mineração registrados em Madre de Dios até julho de 2022, 50,9% haviam expirado e não podiam ser renovadas, mas cerca de 45,3% da mineração ativa estava sendo realizada dentro dessas áreas de concessões expiradas (Cardó, 2024, p. 32). As operações informais nessas áreas se beneficiam dos insumos fornecidos às operações formais – maquinário, mão de obra, segurança – e das conexões da cadeia de suprimentos que elas proporcionam, que, neste caso, são principalmente comerciantes de ouro e madeira. Fora de Madre de Dios, uma parte significativa das concessões no sul do Peru está em processo de revisão (*en trámite*), e há muito poucas concessões com plantas de beneficiamento (*plantas de beneficio*), refletindo como o setor está geograficamente disperso e apenas parcialmente industrializado. De acordo com relatórios recentes no Congresso, há mais de 37.000 concessões não expiradas em todo o país, mas apenas 3,2% estão sendo ativamente exploradas por operações de mineração (Olano, 2025).

Figura 2. Panorama das concessões de mineração no sul do Peru, dezembro de 2025



Nota: Azul indica concessões ativas; verde indica concessões em análise; cinza indica concessões expiradas; laranja indica plantas de beneficiamento. O vermelho círculo destaca Madre de Dios. Fonte dos dados: GEOCATMIN (dezembro de 2025).

Localizados em uma zona de transição ecológica entre os Andes tropicais e a bacia amazônica, os rios e bacias hidrográficas em MDD contêm depósitos aluviais de ouro acessíveis que atraem garimpeiros migrantes de cidades nas terras altas andinas peruanas e de outros lugares. A mineração de ouro é a atividade econômica dominante em MDD, representando mais de 40% do produto interno bruto (PIB) local. Um estudo de 2022 realizado pela Conservación Amazónica (ACCA) e pelo projeto USAID/Prevenir, com base em imagens de satélite submétricas, identificou 3.551 locais de mineração ativos em MDD, empregando cerca de 46.601 pessoas: 12,6% (5.888) operando formalmente, 67,4% (31.390) operando informalmente e 20,0% (9.323) operando ilegalmente dentro de zonas legalmente protegidas (Conservación Amazónica & Projeto Prevenir da USAID 2022, 18; ver também Damonte, 2018; Valdés, Basombrío e Vera, 2019; USAID/PERU, 2020).⁴ A corrida do ouro impulsionada pelas commodities e a conclusão da Rodovia Interoceânica em 2011 também aceleraram o crescimento populacional, que aumentou 50%, passando de 109.000 em 2007 (Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2018) para 163.000 em 2024 (CPI Research, 2024). A rodovia reduziu drasticamente o custo do transporte de combustível, maquinário e ouro por toda a região e redefiniu a geografia da governança. Ela também expandiu a zona de mineração informal de La Pampa ao longo das margens da rodovia — hoje a fronteira de mineração mais fortemente desmatada e disputada na MDD, e o principal local de operações de fiscalização do Estado. A mineração informal tem sido abordada por meio de políticas públicas que, na melhor das hipóteses, têm se mostrado ineficazes e, na pior, prejudiciais. O Estado peruano criou o Registro Integral de Formalização Mineira (REINFO) e estabeleceu regulamentações ambientais por meio da Lei do Meio Ambiente de 2005, mas o período de carência durante o qual os mineradores no âmbito do REINFO teriam permissão para operar, desde que cumprissem os requisitos do Ministério da Energia e Minas (Ministerio de Energía y Minas, MINEM) — um período

⁴ Trabalhos acadêmicos posteriores utilizaram imagens de satélite para refinar essas estimativas e avaliar os impactos ambientais da mineração (Araújo-Flores et al., 2024; Caballero Espejo et al., 2018; Torre-Marín Rando et al., 2021).

de três anos inicialmente – foi posteriormente alterado pelo Congresso Nacional a fim de acomodar períodos de transição mais longos para que os mineradores se formalizassem (Wilson, Quiñón e Sánchez-Ancochea, 2024). O Estado carece de capacidade institucional para implementar essa política de forma consistente. Por exemplo, a Promotoria Especializada em Matéria Ambiental (FEMA) em Madre de Dios administra cinco escritórios encarregados de investigar crimes ambientais, como o uso de mercúrio ou de maquinário pesado não licenciado, mas toda a província é coberta por apenas quatorze promotores. De acordo com o promotor ambiental, isso reflete um padrão de investimento bem abaixo do que o problema exige. Grandes operações de fiscalização, incluindo a histórica *Operação Mercúrio*, lançada em fevereiro de 2019 – uma intervenção envolvendo várias agências que mobilizou cerca de 1.200 policiais e 300 militares para dismantelar acampamentos de mineração ilegal, depósitos de combustível e postos de compra de ouro no corredor de La Pampa – produziram reduções de curto prazo no desmatamento, mas se mostraram insustentáveis (Dethier et al., 2023; SPDA, 2019). Os garimpeiros retornaram à área à medida que a fiscalização diminuiu durante a pandemia da COVID-19, e o desmatamento voltou a aumentar (Araújo-Flores et al. 2024). A economia criminosa que a *Operação Mercúrio* buscava dismantelar se reconsolidou desde então sob grupos armados como *Los Guardianes de la Trocha*, que em 2025–2026 controlavam o acesso às minas, a “segurança” e os fluxos de ouro em grande parte de La Pampa, e têm sido associados à extorsão tanto de garimpeiros formais quanto de jornalistas (Colombié, 2026). A corrupção das autoridades locais, que tem sido objeto de investigações jornalísticas e acadêmicas na região, complica ainda mais a fiscalização (Asociación para la Investigación y Desarrollo Integral, 2020; Cortés-McPherson, 2019; Orozco e Arce, 2024; Paredes, Gianella e Olivera, 2024). O atual governador de MDD, Luis Otsuka Salazar, tem experiência no setor de mineração e demonstrou compromisso limitado com a regulamentação.

Nesse contexto de governança – caracterizado por mandatos regulatórios elaborados, capacidade de fiscalização inadequada, altos níveis de informalidade e dependência econômica estrutural de um setor resistente à regulamentação –, o Vicariato de Puerto Maldonado e organizações aliadas desenvolveram várias respostas. Essas respostas não são nem condenação moral nem mediação, como no caso da mineração industrial em grande escala. Em vez de confrontar as empresas de mineração, o Vicariato teve que navegar por um cenário no qual não existe uma contraparte corporativa identificável. Por definição, a mineração informal é um setor fragmentado e amorfo, sem executivos para convocar à mesa de negociações, nem acionistas a quem responsabilizar. Em vez disso, o Vicariato desempenhou o que se assemelha a funções de governança do Estado, ajudando os cidadãos a navegar pelas regulamentações de mineração e oportunidades alternativas de subsistência, pois as instituições públicas muitas vezes são incapazes de fazê-lo. A próxima seção examina esse papel de governança substitutiva em três dimensões: apoio à formalização, assistência técnico-científica e meios de subsistência alternativos por meio da agrossilvicultura cooperativa.

3. As respostas colaborativas do Vicariato à mineração informal de ouro

Melhorando a governança: Apoiando a formalização e a rede de mulheres na mineração

Uma das características mais marcantes do envolvimento do Vicariato com a mineração informal no MDD é seu papel no apoio ao processo de formalização, que é implementado de forma ineficaz pelo Estado. Isso posiciona a Igreja e as instituições aliadas como facilitadoras ativas do cumprimento da regulamentação governamental, muitas vezes às suas próprias custas e sem apoio recíproco do Estado.

Decretos legislativos a partir de 2002 exigiram que os mineiros informais se registrassem no Registro Integral para a Formalização da Mineração (REINFO) do MINEM, comprovassem a titularidade de uma concessão válida e cumprissem o Instrumento de Gestão Ambiental e Fiscalização para a Formalização da Mineração (Instrumento de Gestão Ambiental e Fiscalização para a Formalização de Atividades de Pequena Mineração e Mineração Artesanal, IGAFOM), que especifica protocolos de uso da água, procedimentos de preservação da camada superficial do solo, cronogramas de monitoramento periódico e padrões de infraestrutura. O processo é caro, tecnicamente exigente e administrativamente intensivo. Somente o registro custa mais de S/ 25.000 (cerca de US\$ 7.500). Especialistas técnicos e capacidade de documentação geram custos adicionais. Fundamentalmente, o marco normativo foi projetado para a mineração “pontual” – pequenas operações subterrâneas ou a céu aberto que extraem de uma veia mineral fixa, comuns no planalto andino –, mas não para a mineração aluvial de várzea característica da Amazônia, onde o ouro está disperso nos sedimentos do leito do rio e a extração segue cursos d’água mutáveis. Como resultado, os mineiros em MDD enfrentam requisitos de conformidade concebidos para uma geografia diferente, gerando lacunas entre a intenção regulatória e a viabilidade prática. Uma especialista técnica do CINCIA que trabalha com comunidades mineradoras na região observou, na inauguração em outubro de 2024 da Rede Nacional de Mulheres na Mineração Artesanal de Pequena Escala (*Red Nacional de Mujeres en Minería Artesanal y Pequeña Escala*, ou RNM-MAPE), que a política de formalização pós-2002 estagnou, que algumas concessões de MDD se sobrepõem a direitos florestais e que, em 2024, o marco legal do MAPE ainda não contempla as realidades operacionais da mineração fluvial na Amazônia. O alcance da formalização confirma essa lacuna: em 2023, aproximadamente 9.255 garimpeiros em MDD estavam registrados no REINFO, mas apenas cerca de 2.043 estavam ativamente se formalizando, e menos de 3% de todos os registrados haviam apresentado mais de uma das cinco certificações exigidas (Cardó, 2024, p. 7).

A experiência de Lucila Huanca, operadora de mineração e líder da RNM-MAPE, ilustra o processo de formalização e as anomalias que ele gera (Grande Desafio da Mineração Artesanal: a Amazônia, s.d.). Ex-professora de Puno, no planalto sul do Peru, Lucila ingressou na mineração ao lado do marido e da família no início dos anos 2000, durante os primeiros anos da corrida do ouro da MDD. Entrevistada no contexto da pesquisa de doutorado do autor, ela lembra que sentiu pressão para se formalizar, mas que lidar com o IGAFOM foi complexo e levou anos: apresentar documentação ao MINEM e ao Ministério do Meio Ambiente, pagar os custos iniciais, aprender sobre monitoramento e gestão da água, contratar especialistas conforme exigido pelos protocolos de monitoramento (o não cumprimento acarreta multas), manter a infraestrutura para as operações, alojamentos e uma cozinha para os trabalhadores em conformidade com as normas, e receber observações repetidas de inspetores sem caminhos claros para o cumprimento. Ela também observou que nenhum dos equipamentos no local era novo – todos haviam sido comprados a crédito – e que os custos contínuos de conformidade com a formalização competiam diretamente com as despesas operacionais e os salários das cerca de dez famílias que se revezavam e dependiam da mina para seu sustento. Lucila concluiu, no entanto, que, apesar desses custos, a formalização era uma condição de dignidade coletiva e sustentabilidade.

O significado da experiência de Lucila não está na dificuldade técnica da formalização, mas no contexto estrutural em que ela ocorre. Ela arcou com todo o custo da conformidade, enquanto o Estado quase não ofereceu incentivos positivos para tal. Além disso, o Estado aplicou de forma desigual a política de formalização contra mineiros não conformes nas proximidades. Essa disparidade foi enfaticamente reiterada por outras garimpeiras da RNM-MAPE: como garimpeiras formalizadas, elas se sentiam em desvantagem em comparação com as garimpeiras informais, livres para trabalhar sem restrições ou monitoramento. Além disso, os custos com maquinário são mais altos para as garimpeiras formais, pois elas não recebem subsídios do Estado como as garimpeiras informais. Para Lucila, os requisitos de formalização também a obrigaram a assumir compromissos de agrossilvicultura que geraram custos sem retornos imediatos. As mulheres da RNM-MAPE se sentiram

abandonadas pelo Estado, que as deixou arcando com todos os custos do processo de formalização enquanto nada fazia para impedir a mineração informal.

Essa dinâmica paradoxal — na qual o Estado peruano exige altos custos de conformidade para os pequenos mineradores, mas simultaneamente falha em fazer cumprir a estrutura contra os operadores informais em grande escala — acaba por deslegitimar seu papel. Ela penaliza aqueles que tentam cumprir as regras, ao mesmo tempo em que não oferece nenhum impedimento credível para aqueles que não o fazem. Como tal, funciona como uma política regressiva que prejudica estruturalmente os atores mais responsáveis do setor de mineração. No cerne desse paradoxo, o CINCIA e a Caritas MDD assumiram uma função de governança que compensa a deficiência de recursos do Estado, fornecendo orientação, apoio técnico, respaldo organizacional e credibilidade aos mineiros que desejam se formalizar, mas carecem dos recursos ou do conhecimento para fazê-lo de forma independente. A reunião de inauguração da RNM-MAPE em outubro de 2024, da qual o autor participou e que se iniciou com uma oração e saudações aos líderes da Igreja presentes, como Manuel Jesús Romero, OP, do Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, ilustra como as instituições ligadas à Igreja tornam o processo de formalização viável para uma população que, de outra forma, não teria um interlocutor confiável.

Embora a relação entre o Vicariato de Puerto Maldonado e a RNM-MAPE seja frequentemente indireta, ela é fundamental para a legitimação institucional. A rede de mulheres conta com o apoio organizacional *da Solidaridad*, o escritório peruano da ONG internacional Solidaridad Network, que, desde 2021, acompanha mulheres mineiras em Puno, Arequipa, Madre de Dios e Junín por meio de seu programa RECLAIM Sustainability (Solidaridad Network, s.d.). A Solidaridad ajuda a coordenar e registrar reuniões e a reunir parceiros como o CINCIA, a Wyss Academy (uma afiliada da Wake Forest University) e até mesmo instituições estatais, como o Ministério da Mulher do Peru. O próprio CINCIA foi fundado pelo pesquisador Cesar Ascorra, com laços de longa data com a pastoral social amazônica. O pessoal da Caritas MDD está sempre presente nos eventos da rede. Essa relação exemplifica um padrão mais amplo no “ecossistema” do Vicariato, no qual a influência da Igreja é próxima, operando por meio de organizações com laços institucionais profundos. Isso coloca a Igreja em uma posição estratégica na qual ela pode manter conexões entre grupos sociais ideológicos e profissionais sem criar os riscos que laços mais formais com a Igreja poderiam acarretar — entre eles, o risco de fragmentar o próprio eleitorado do Vicariato ao parecer tomar partido em disputas entre interesses mineradores, indígenas e conservacionistas, e os riscos de segurança mais imediatos de um endosso institucional visível em um ambiente onde os defensores da formalização enfrentam pressão criminal.

A dimensão de gênero do processo de formalização na MDD merece atenção especial. Conforme observado pelos palestrantes no evento de inauguração da RNM-MAPE, as mulheres ocupam uma posição estruturalmente distinta no setor de mineração. Elas são, ao mesmo tempo, mais vulneráveis — estigmatizadas como mineradoras que destroem o meio ambiente, expostas a redes de tráfico que exploram mulheres e meninas em assentamentos de mineração e e es, e representadas de forma desproporcional como chefes de família —, mas também visivelmente comprometidas com a responsabilidade comunitária e ambiental de longo prazo de maneiras que os mineradores homens não são. As mulheres presentes na inauguração, representando redes de MDD, Puno e Arequipa, reiteraram a visão, tanto em suas apresentações verbais quanto em um documentário sobre sua rede, de que a formalização, a tecnologia limpa e a restauração da terra não eram meramente normas regulatórias, mas compromissos éticos. Como afirmou Lucila: “Eu sou desta terra e não vou abandoná-la; usamos processos inovadores para manter o ímpeto. No meu caso, usamos a mesa vibratória em vez de mercúrio.” Outra mulher enfatizou que o objetivo da RNM-MAPE é conectar todas as mulheres que trabalham na mineração de ouro no país e criar uma plataforma institucional para compartilhar experiências. Isso ressalta um projeto político mais ambicioso, que vai além do apoio técnico à formalização.

Nesse caso, a Igreja funciona como um agente de aproximação, mediado por organizações como a CINCIA, e oferece apoio valioso a essas garimpeiras informais. Como a primeira rede de mulheres na mineração do país, uma líder comentou no evento de inauguração da rede: “Fomos esquecidas até agora pelas políticas nacionais; renascemos e devemos ser reconhecidas nacionalmente.” Ao apoiar o encontro, oferecer conhecimento técnico e estabelecer conexões com atores internacionais, como universidades nos EUA, a CINCIA e o Vicariato permitiram que as garimpeiras informais tivessem uma voz política que, de outra forma, estaria em risco. Essa parceria entre o Vicariato e organizações técnicas não apenas ajuda as pessoas a navegar pelo processo de formalização, mas também contribui para a construção de capacidade organizacional de grupos sociais marginalizados para que possam apresentar demandas coletivas ao Estado.



Assistência técnica: tecnologia sem mercúrio, restauração de terras e incentivos estatais

Uma segunda dimensão do envolvimento do Vicariato com a mineração informal no MDD é de natureza técnica. Ele colabora com instituições científicas e de extensão agrícola para apoiar a adoção de práticas ecologicamente corretas e restaurativas. Essa dimensão colaborativa da Igreja peruana também foi observada no estudo de Graeter (2017) sobre o “Projeto Revive o Mantaro”, na província de Junín, no planalto central, que documenta uma combinação semelhante de cuidado pastoral e conhecimento científico para lidar com a contaminação por chumbo produzida por usinas de fundição. Assim como no caso do Mantaro, a presença de longa data da Igreja entre as comunidades da MDD permite que ela faça a mediação da colaboração com instituições científicas e populações ativas na mineração informal que, de outra forma, poderiam se mostrar resistentes a pesquisadores externos.

O CINCIA é um veículo central para essa colaboração técnica na mineração informal de ouro em MDD. Fundado em 2016, ele manteve relações ativas com a Caritas MDD ao longo de seu desenvolvimento até se tornar um centro de pesquisa reconhecido regional e internacionalmente. Estabeleceu parcerias com a Universidade Nacional de Madre de Dios (UNAMAD), a Universidade de Engenharia e Tecnologia (UTEC) de Lima, bem como com a Universidade Wake Forest e a Universidade de Notre Dame. Seu trabalho inclui monitoramento por satélite do desmatamento e da expansão da mineração informal, análise hidrológica dos impactos da mineração nos sistemas fluviais, análise de sedimentos de mercúrio e outros contaminantes e restauração ecológica de terras mineradas desmatadas e degradadas. O CINCIA ocupa uma posição institucional incomum como uma ONG laica com publicações acadêmicas revisadas por pares, mas com relações institucionais e pessoais com a Igreja Católica. Ele mantém um nível de integração com a comunidade que reflete a história pastoral do Vicariato, envolvendo-se com comunidades mineradoras que normalmente suspeitariam de cientistas externos medindo características ambientais da mineração ou avaliando métodos de mineração artesanal.

A assistência técnica da CINCIA em duas áreas é relevante para a missão ambiental do Vicariato de “cuidar da nossa casa comum”. A primeira é a remoção de mercúrio de locais de mineração, o que implica apoiar tanto

os elos a montante quanto a jusante no processamento artesanal de ouro. A mineração aluvial convencional de ouro utiliza mercúrio para amalgamar o pó de ouro dos sedimentos extraídos dos leitos dos rios. Esse processo gera contaminação ambiental generalizada, não apenas nas imediações dos locais de mineração, mas também em áreas a jusante ou desmatadas, incluindo a poluição atmosférica por mercúrio (Gerson et al. 2022). O CINCIA ajudou os mineiros a integrar mesas vibratórias de baixa tecnologia que separam o ouro dos sedimentos por meio da gravidade e da vibração, em vez da amálgama química, eliminando o mercúrio desse processo sem interromper as operações de mineração. A concessão de Playa Marta, onde Lucila Huanca trabalha, representa uma das principais conquistas do CINCIA nessa iniciativa, mostrando que a tecnologia é tanto viável tecnicamente quanto importante do ponto de vista ético para os próprios mineiros.

Os elos a jusante na cadeia de abastecimento do ouro artesanal em MDD apresentam outro conjunto de desafios para o ouro “limpo” (sem mercúrio). Conforme enfatizado pelos participantes da reunião RNM-MAPE, os incentivos são fundamentais para viabilizar as melhores práticas. Acontece que os compradores locais de ouro não oferecem um prêmio pelo ouro sem mercúrio; na verdade, eles resistem a comprar ouro que não tenha os traços de mercúrio que há tanto tempo caracterizam os produtos artesanais. Como alternativa, algumas das mineradoras descreveram transportar seu ouro sem mercúrio pessoalmente em suas roupas ou como joias, para vendê-lo nos mercados centrais de Lima ou Cusco. O CINCIA propôs a ideia de um mecanismo de compras governamentais – uma empresa pública que compraria ouro limpo certificado a um preço premium –, o que mudaria os incentivos de mercado, mas isso exigiria reformas nacionais.⁵ Na ausência desse mecanismo, a adoção de tecnologia limpa continua dependendo dos compromissos éticos e das perspectivas de longo prazo dos garimpeiros individuais e dos investidores especulativos que os financiam, dos quais apenas uma pequena parcela está formalmente registrada. As redes do CINCIA e do Vicariato estão alcançando apenas os garimpeiros mais motivados, enquanto as condições de mercado obrigam a maioria a continuar usando mercúrio em grande escala.

Uma segunda área de atividade liderada pelo CINCIA que se alinha à missão ambiental do Vicariato é a restauração de terras mineradas. A mineração aluvial retira a camada superficial do solo, compacta o subsolo, enche rios com sedimentos dragados e deixa poços de cascalho áridos com água estagnada e contaminada por mercúrio. O CINCIA desenvolveu métodos para restaurar essas terras de mata que antes eram prósperas, com base em colaborações de pesquisa de campo com universidades internacionais. As técnicas incluem o fechamento progressivo das minas, a preservação da camada superficial do solo antes da extração, o replantio de espécies nativas e lagoas de sedimentação para limitar a contaminação a jusante.

Na concessão de Playa Marta, atualmente em processo de formalização, essas práticas de gestão da terra permitiram até mesmo a aquicultura (*piscigranja*), a criação de moluscos de água doce para consumir resíduos orgânicos e o plantio de árvores frutíferas. Como Lucila descreveu ao autor deste estudo de caso: “Temos natureza. Um viveiro com muitos peixes. Muitas áreas estão melhoradas agora. Trabalhamos em muitos elementos.” A integração da piscicultura na restauração ecológica de áreas de mineração se conecta diretamente à estratégia de meios de subsistência alternativos propostos pela Igreja (ver seção 3.3) e ilustra como a assistência técnica em melhores práticas ecológicas pode reforçar os compromissos éticos entre os mineiros.

Além do CINCIA, o Vicariato também tem colaborado com instituições estatais, acrescentando outra dimensão ao seu ecossistema de governança em MDD. O escritório de extensão agroindustrial subordinado ao Ministério da Produção (*Centro de Inovação Produtiva e Transferência Tecnológica Produtiva Madre de Dios*, ou CITE-

⁵ Havia um banco nacional de mineração – o *Banco Minero del Perú* – há várias décadas que poderia intervir nos mercados dessa forma, mas ele foi liquidado em 1992, durante a era Fujimori.

MDD) mantém uma parceria com a cooperativa agrícola do Vicariato, COOPSSUR, desde 2017. O CITE-MDD fornece análises laboratoriais, processamento de alimentos e assistência à inovação de produtos para a COOPSSUR, ajudando a transformar o *copoazú* (um parente local da planta do cacau) em manteiga, bem como na gestão da qualidade do cacau e da castanha-do-pará (*castaña*).



A vantagem competitiva dessa colaboração entre a instituição estadual CITE-MDD e a COOPSSUR, afiliada à Igreja, é notável. Sem a base de membros e a confiabilidade da cooperativa, o CITE-MDD careceria de um parceiro eficaz nas comunidades que atende. Sem o investimento da Igreja na manutenção das relações entre os agricultores da cooperativa, o CITE-MDD (e as capacidades técnicas do Estado) permaneceria estagnado. Um representante do CITE-MDD reconheceu que a parceria com a COOPSSUR estava entre as mais produtivas de seu portfólio, e o potencial para mais inovação foi destacado.

Durante uma reunião de coordenação da COOPSSUR em março de 2025, da qual o autor deste estudo de caso participou, uma característica importante das atividades do Vicariato no MDD veio à tona. O presidente da COOPSSUR observou que, embora a dimensão religiosa do Vicariato e de sua cooperativa agrícola quase nunca fosse discutida diretamente com os produtores, era necessário compreender melhor como ela influencia a participação e a organização. Sua observação revela como a identidade religiosa do Vicariato é mais uma característica contextual de seu engajamento técnico do que de seu conteúdo operacional. A missão teológica do Vicariato, que se centra em uma ecologia integral da Amazônia alinhada com *a Laudato Si'*, molda a instituição sem penetrar visivelmente nas operações por meio das quais o trabalho é realizado. Isso convida a uma reflexão mais ampla, abordada na seção final, sobre o que há de distintamente católico no envolvimento técnico do Vicariato e o que a Igreja contribui para a governança ambiental no MDD que uma organização secular operando no mesmo espaço não contribuiria.

Meios de subsistência alternativos: COOPSSUR e agrossilvicultura

A terceira dimensão da resposta do Vicariato à mineração informal na MDD é a promoção de meios de subsistência alternativos baseados na floresta por meio da agrossilvicultura cooperativa. Esse esforço é uma tentativa de mudar a lógica econômica dominante da região, afastando-a da extração e direcionando-a para práticas regenerativas e gestão da terra. Isso requer a construção de uma infraestrutura organizacional e de mercado por meio da qual o setor agrícola na Amazônia possa oferecer um meio de subsistência alternativo viável à mineração de ouro para a população regional. O fato de essa ambição ser perseguida a um custo considerável, e em grande parte na ausência de investimento estatal, a torna, como será argumentado a seguir, menos um programa e mais uma forma de governança por meio da gestão responsável que nenhuma instituição pública na região está atualmente equipada para oferecer.

Fundada em 2014 sob o impulso empreendedor da Pastoral Social do Vicariato, a COOPSSUR reúne terras, recursos e processos de comercialização entre dezenas de famílias produtoras ao longo do corredor da Rodovia Interoceânica. Ela oferece aos agricultores assistência técnica, acesso ao mercado e apoio à marca, gestão financeira e apoio jurídico e organizacional que os pequenos produtores individuais em MDD não poderiam acessar facilmente de forma independente. Seu slogan é “o verdadeiro ouro de Madre de Dios” (COOPSSUR, s.d.).

Uma característica estrutural distintiva da cooperativa é sua arquitetura de posse da terra. A COOPSSUR não se baseia em títulos de propriedade coletiva, mas sim reúne recursos organizacionais e de mercado, mantendo os direitos de propriedade individual. Essa propriedade individual fornece aos membros uma base legal para resistir à invasão de mineradores ou madeireiros, mas também significa que a cooperativa carece das proteções territoriais que os títulos comunais indígenas podem conferir, embora, como observou o consultor jurídico da COOPSSUR, existam muitas áreas cinzentas na legislação, e as realidades sociais e ecológicas nem sempre correspondam ao mapa legal.

Essa estrutura de posse individual deixa os membros da cooperativa diretamente expostos às dinâmicas de governança criminosa que permeiam a região. Conversas com agricultores locais revelaram que organizações criminosas extorquem proprietários de terras vendendo-lhes “segurança” contra operações de mineração informais e ilegais, enquanto mineradores e seus afiliados intimidam aqueles que recorrem à ação legal do Estado. De acordo com o consultor jurídico da cooperativa, alguns proprietários de má-fé aprenderam até a usar o “*proceso de denuncia*” – o processo de denúncia administrativa para relatar uma invasão ou crime ambiental – como uma forma de autoproteção estratégica. Sabendo que o processo é lento e raramente resulta em fiscalização, eles apresentam denúncias não com a expectativa genuína de ação do Estado, mas para criar um rastro documental. Caso suas terras venham a ser tomadas por operações de mineração ligadas ao crime, a denúncia documentada permite que atribuam a culpa ao Estado por sua inércia, em vez de enfrentar acusações de terem permitido tacitamente ou cooperado com a invasão.

A corrupção oficial agrava essas pressões. Em 2020, uma importante rede criminosa conhecida como “Los Hostiles de la Amazonía” – envolvendo autoridades florestais regionais, agentes aduaneiros e policiais da Polícia Nacional – foi desmantelada após uma operação liderada pelo Ministério Público peruano (Ministerio Público Fiscalía de la Nación, 2020). Em vez de narcóticos, essa quadrilha traficava madeira, com extratores ilegais, financiadores e autoridades públicas falsificando sistematicamente documentação e contornando postos de controle em toda a região de Madre de Dios. Desde então, o controle criminoso das zonas de mineração se intensificou. Em 2025–2026, grupos armados como *Los Guardianes de la Trocha* exerciam autoridade quase governamental sobre grande parte do corredor de *La Pampa*, cobrando pedágios, controlando postos avançados de processamento de ouro e intimidando jornalistas, promotores e garimpeiros formais (Colombié 2026).

Os membros da COOPSSUR são pequenos proprietários cujas parcelas com títulos individuais ficam próximas a esse corredor, expondo-os às mesmas dinâmicas de extorsão e pressão territorial. Como observou o consultor jurídico da cooperativa, os proprietários de terras aqui vivem em um estado permanente de precariedade jurídica, lidando com ameaças de prestadores de “segurança” criminosos, de um lado, e com a lentidão da máquina de fiscalização do Estado, do outro. Esse ambiente molda profundamente a lógica organizacional da COOPSSUR, motivando a documentação coletiva, a representação jurídica e relações de mercado formalizadas que fortalecem o comércio ao mesmo tempo em que protegem os membros contra invasões criminosas.

A COOPSSUR também está implementando um modelo agroflorestal em diferentes estágios de maturidade e complexidade ecológica. Uma fazenda cooperativa visitada pelo autor integra a pecuária silvipastoril com a produção de cacau e outras culturas alimentares, ilustrando uma lógica ecológica e econômica sofisticada. A fazenda administra cerca de 150 cabeças de gado, cujo esterco fornece fertilizante orgânico para o cacau e as plantações. Para garantir que o fertilizante esteja livre de produtos químicos veterinários que contaminam o solo e comprometem a certificação orgânica, a fazenda eliminou gradualmente os tratamentos sintéticos com ivermectina, fazendo a transição para práticas agroflorestais naturais. A integração da pecuária, do manejo da nutrição do solo, da certificação orgânica e do acesso ao mercado em uma operação familiar ilustra o valor da COOPSSUR e a estrutura organizacional que ela oferece.



Outra fazenda visitada pelo autor revelou outra função benéfica proporcionada pela COOPSSUR: o acesso a mercados e serviços. A vila onde a fazenda está situada (a cerca de 50 km do litoral, a partir da Rodovia Interoceânica), Lucerna, é acessível apenas por rio ou por uma estrada não pavimentada que o governo municipal nunca manteve e que as comunidades precisam limpar e reparar por conta própria. Essas condições estruturais tornam o papel da cooperativa indispensável para proporcionar acesso ao mercado e outros serviços de extensão.

A COOPSSUR recentemente ampliou seu alcance para uma comunidade indígena Amahuaca localizada a cerca de uma hora e meia rio acima de Lucerna. Além do excelente cultivo de cacau, a comunidade desenvolveu um plano de ecoturismo e comercializa artesanato. Em uma visita em março de 2025, a assistente social do Vicariato ajudou o comitê de mulheres a se formalizar como uma *junta comunal* – um status burocrático que proporcionaria canais mais diretos para o recebimento de fundos públicos. Isso ilustra o potencial do Vicariato para integrar comunidades indígenas à sua rede, expandir a produção de cacau (entre as atividades mais lucrativas) sob a COOPSSUR e ampliar o alcance ecológico e cultural para além das comunidades camponesas que constituem seu núcleo de membros.

No aspecto técnico, a COOPSSUR pode facilitar a governança agrícola baseada em evidências por meio da amostragem de solo. Trabalhando em conjunto com um estudante de biologia de pós-graduação da Universidade de Notre Dame, os líderes da COOPSSUR realizaram amostragens comparativas de solo em parcelas dos membros (fertilizadas versus não fertilizadas, florestadas versus degradadas, monocultura versus consórcio) para produzir dados que possam melhorar as práticas agrícolas e a produtividade do solo.

Por meio da COOPSSUR, o Vicariato exerce uma forma de governança ambiental, não por mandato legal, mas por meio de gestão responsável, compromisso e competência no campo. O presidente da COOPSSUR observou que o exercício de amostragem de solo poderia motivar o Estado a subsidiar uma amostragem mais sistemática de campos agrícolas. Dessa forma, iniciativas locais e a produção de conhecimento podem gerar a base de evidências para motivar a ação estatal. A inauguração pelo governo, em março de 2025, de um novo laboratório para processamento de amostras de solo de terras degradadas pela mineração sugere que as condições institucionais

para esse tipo de adesão estatal estão, pelo menos parcialmente, em vigor (Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana, 2025). A amostragem de solo exemplifica, assim, a lógica por trás da abordagem do Vicariato de forma mais ampla: instituições ligadas à Igreja, como a COOPSSUR, podem investir (de forma privada) em conhecimento e capacidade organizacional, gerando evidências e confiança que podem, gradualmente, atrair recursos públicos e, assim, moldar o envolvimento futuro do Estado.

A COOPSSUR se distingue de outros modelos de desenvolvimento rural baseados na agricultura ao se posicionar como uma plataforma de governança multi-institucional, reunindo os recursos institucionais do Vicariato, dos agricultores privados e dos serviços públicos de extensão. As redes da cooperativa se estendem por atores estatais e do mercado na região, permitindo que a Igreja influencie uma comunidade mais ampla.

O AgroBanco, banco agrícola peruano, identificou a COOPSSUR como uma das cooperativas mais confiáveis no MDD. O gerente regional do banco descreveu a cooperativa como “competente, séria, sem reclamações, com visão e abrangência” (comunicação pessoal ao autor). Tal caracterização reflete a disciplina organizacional que o apoio institucional do Vicariato instila ainda mais. A confiabilidade é importante quando se trata de acesso ao crédito: as taxas de juros preferenciais do AgroBanco (8–9% para cooperativas, em comparação com 20% ou mais para tomadores de empréstimo individuais) dependem da qualidade da governança cooperativa, e o histórico da COOPSSUR possibilita condições que indivíduos ou cooperativas mal administradas não conseguem acessar. Os comentários do gerente do banco sugeriram que o desempenho da COOPSSUR não é típico do setor cooperativo na região e que as bases organizacionais fornecidas pela Caritas MDD representam um verdadeiro trunfo competitivo.

A COOPSSUR tem, sem dúvida, muito espaço para melhorias. Seu diretor destacou que ainda existem questões de gestão interna, especialmente no que diz respeito à certificação de produtos orgânicos e ao planejamento estratégico. Ele reflete que a cooperativa sofre de “muitas perspectivas, mas pouco foco” (comunicação pessoal). A estrutura de posse individual da terra também pode limitar a capacidade da cooperativa de buscar o tipo de intervenções ecológicas em grande escala – conectando corredores de vida selvagem ou restaurando bacias hidrográficas – que a visão mais ambiciosa implica.

Um obstáculo estrutural adicional para a COOPSSUR, e para a agrossilvicultura em geral, é a vulnerabilidade climática. Vários agricultores observaram que as secas se intensificaram desde 2020. Doenças fúngicas como a *escoba de bruja* (literalmente, “vassoura de bruxa”), que infecta as plantas de cacau e *copoazú*, foram exacerbadas pelo aumento das temperaturas. O processo de certificação orgânica, que poderia proporcionar prêmios de preço para tornar o modelo agroflorestal economicamente competitivo com a mineração, exige conformidade sustentada com padrões que as pressões climáticas tornam mais difíceis de cumprir. Juntas, as pressões climáticas estão forçando a avaliação contínua de culturas alternativas e estratégias de manejo. Tudo isso ressalta como a viabilidade econômica da COOPSSUR depende de condições ecológicas cada vez mais incertas.

Em sua essência, a estratégia de meios de subsistência alternativos promovida pela COOPSSUR não pode, por si só, resolver os desafios econômicos estruturais no MDD. Dado o alto preço do ouro, os retornos da mineração – mesmo em operações informais – permanecem substancialmente mais altos no curto prazo do que o cultivo de cacau ou *copoazú* para a maior parte da população. A abordagem do Vicariato não tenta persuadir os mineiros de que a agricultura é mais lucrativa do que a mineração. Em vez disso, ela constrói uma infraestrutura organizacional, técnica e de mercado capaz de tornar a agrossilvicultura um caminho viável a longo prazo para aqueles que decidem, por razões éticas, comunitárias ou práticas, reduzir sua dependência

da extração de minerais ou madeira. As iniciativas da Igreja para meios de subsistência alternativos na MDD servem para sustentar uma escolha baseada em valores para buscar um futuro econômico mais ecologicamente consciente, garantindo que existam condições institucionais para que essa escolha permaneça sustentável. Se esse consenso pode ser significativamente ampliado e se o corredor de mineração na MDD pode ser reorientado para longe da economia de extração, depende de decisões políticas e normativas que vão muito além do alcance da COOPSSUR ou do Vicariato, por mais bem organizados que sejam.

4. Reflexões finais

Este estudo de caso examinou a resposta do Vicariato de Puerto Maldonado à dramática expansão da mineração informal de ouro na região sudeste peruana de Madre de Dios, em três dimensões: (1) apoio governamental à formalização; (2) colaboração técnica para introduzir práticas de mineração mais limpas; e (3) promoção de meios de subsistência alternativos por meio da agrossilvicultura cooperativa. Em todas as três dimensões, a abordagem do Vicariato na Amazônia se diferencia de outras formas de ativismo da Igreja no Peru, como declarações públicas denunciando práticas extrativistas, defesa jurídica por meio da coleta de evidências científicas ou mediação entre comunidades e empresas de mineração privadas. Em vez disso, o Vicariato investiu na construção de instituições de governança que têm sido estruturalmente subfinanciadas pelo Estado. Fez isso por meio de décadas de construção de confiança com as populações locais – mineiros, agricultores, cientistas, universidades, órgãos estatais locais e organizações de desenvolvimento –, criando um ecossistema de múltiplas partes interessadas no qual o Vicariato funciona como âncora em muitos aspectos.

O caso da MDD desafia uma estrutura orientada para o conflito que até agora caracterizou os relatos do envolvimento da Igreja Católica na mineração na América Latina (como mediadora, voz profética ou intermediária entre comunidades e empresas). Onde não há uma contraparte corporativa identificável para confrontar, nem um aparato estatal funcional ao qual recorrer, a contribuição distintiva da Igreja não é adversária, mas construtiva. Ela pode buscar a criação de condições organizacionais sob as quais a mineração responsável e meios de subsistência alternativos se tornem viáveis para aqueles que os buscam. Esse papel de gestão tornou-se possível ao gerar legitimidade institucional e confiança entre as populações locais que organizações seculares de desenvolvimento ou agências estatais na região não conseguiram conquistar. Isso se manifesta na forma de capital social acumulado ao longo de décadas de presença pastoral e cristalizado em instituições como a Caritas, o CINCIA e a COOPSSUR, cuja credibilidade junto às comunidades se baseia em um compromisso ético consistente.

Três reflexões críticas matizam esse relato positivo e identificam os limites do que uma abordagem como a do Vicariato de Puerto Maldonado pode alcançar. Primeiro, a abordagem do Vicariato atinge os dispostos, mas não a maioria. O subconjunto de residentes da MDD que formalizaram suas atividades, adotaram mesas vibratórias, aderiram à COOPSSUR ou fizeram a transição para o cultivo de cacau assumiram um compromisso prévio, baseado em valores, com a implementação de práticas responsáveis. O ecossistema administrado pelo Vicariato oferece apoio organizacional que aumenta a probabilidade de que esses compromissos sejam sustentáveis, mas não *gera* o compromisso em si, embora o trabalho de formação moral da Igreja possa gerá-lo até certo ponto, ao ver o compromisso ecológico como a expressão da fé e da crença em Deus. A maioria dos operadores informais no corredor de mineração permanece em grande parte fora do alcance de qualquer intervenção que o Vicariato ou seus parceiros possam realizar. A intervenção militar do governo, a *Operação*

Mercúrio, demonstrou em 2019 que a fiscalização estatal pode temporariamente afastar a mineração ilegal, mas não consegue, por si só, sustentar a vontade política ou a capacidade institucional necessária e para manter a fiscalização ao longo do tempo.⁶ Nem uma cooperativa da Igreja nem uma ONG científica podem substituir esse tipo de autoridade pública sustentada. O paradoxo que emerge da política de formalização – na qual o Estado exige o cumprimento, mas não consegue apoiar nem dissuadir o descumprimento em grande escala – continuará a incentivar a mineração informal, a menos que seja abordado por meio de uma reforma política em nível nacional.

Em segundo lugar, o sucesso do Vicariato, conforme caracterizado nesta análise, traz consigo um paradoxo próprio. Quanto mais eficazmente as instituições afiliadas à Igreja desempenham funções de governança estatal – absorvendo custos de formalização, prestando serviços de extensão agrícola, possibilitando o acesso ao crédito, promovendo parcerias interinstitucionais –, menos visível se torna a ausência do Estado e menos pressão política se acumula para que o Estado desenvolva as capacidades que lhe faltam. A dependência do AgroBanco da disciplina organizacional da COOPSSUR, o reconhecimento da Diretoria Regional de Agricultura de que a cooperativa é um modelo para o futuro, a dependência operacional do CITE-MDD de um parceiro fundado pela Igreja – cada uma dessas relações é, isoladamente, uma colaboração produtiva. Em conjunto, elas constituem um risco “compensatório” de que a infraestrutura organizacional que a Igreja construiu se torne um alibi estrutural para o contínuo subinvestimento do Estado na região. Se a abordagem do Vicariato produz uma mudança social duradoura ou absorve os custos de uma falha de política sem resolvê-la é uma questão que nenhuma excelência organizacional pode responder independentemente das decisões políticas tomadas nos níveis nacional e regional.

Em terceiro lugar, o estudo de caso identificou uma lacuna na própria compreensão do Vicariato que aponta para uma agenda de pesquisa e organizacional. A admissão do diretor do COOPSSUR de que a relação entre identidade religiosa e participação econômica quase nunca é discutida com os produtores sugere que os recursos teológicos que o Vicariato nominalmente traz para seu trabalho – ecologia integral, a opção preferencial pelos pobres, o cuidado com a nossa casa comum – não têm sido sistematicamente mobilizados no nível operacional, onde a maior parte desse trabalho se desenrola. Se isso importa analiticamente depende de considerarmos que a contribuição distintiva da Igreja é principalmente a formação moral-espiritual ou principalmente institucional. As evidências deste caso sugerem a segunda opção: o que o Vicariato oferece é infraestrutura relacional – confiança, legitimidade, capacidade de convocação, presença de longo prazo – em vez de formação espiritual-moral. Mas isso não significa que a dimensão teológica seja irrelevante. As instituições seculares nem sempre estão em posição de fazer apelos éticos da maneira que a Igreja pode. A Igreja oferece uma visão territorial do florescimento humano e ecológico muito alinhada com as formas indígenas de conhecer e se relacionar com o mundo natural, na qual a Amazônia não é meramente administrada, mas cuidada e amada – como uma pessoa a quem se escreve uma carta, como fez o Papa Francisco com sua exortação pós-sinodal *Querida Amazônia*. Traduzir essa visão em prática operacional, conectando-a ao trabalho diário de treinamento em mesa vibratória e certificação de cacau, e construir laços sólidos com atores com consciência ecológica, continua sendo uma tarefa inacabada do Vicariato em um momento de aceleração das mudanças climáticas.

Um fio condutor que permeia todas essas três reflexões merece ser explicitado. O trabalho do Vicariato em Madre de Dios não pode ser separado de suas longas e interculturais relações inter-religiosas com os povos indígenas

⁶ A *Operação Mercúrio* foi uma intervenção envolvendo várias agências que mobilizou cerca de 1.200 policiais e 300 militares para desmantelar acampamentos de mineração ilegal, depósitos de combustível e postos de compra de ouro no corredor de La Pampa. De acordo com pesquisadores, ela produziu reduções de curto prazo no desmatamento, mas se mostrou insustentável ao longo do tempo (SPDA 2019; Dethier et al. 2023).

da bacia hidrográfica. A missão dominicana, fundada em 1900, foi, desde o início, organizada em torno do acompanhamento dos povos Harakmbut, Ese-Eja, Yine, Matsigenka, Amahuaca, Shipibo e outros povos da bacia de Madre de Dios, e não em torno de fronteiras extrativistas ou paróquias de colonos-agricultores. Essa orientação é importante em uma região onde, como mostra Orihuela (2017), uma lógica governamental pró-indígena há muito opera ao lado das lógicas desenvolvimentista e conservacionista que moldam a ação estatal na Amazônia. A Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (FENAMAD), fundada em 1982 para defender os direitos territoriais dos Harakmbut, e a aliada Federação de Produtores Agrícolas de Madre de Dios (FADEMAD) foram fundamentais para as coalizões que criaram a Reserva Nacional de Tambopata e o Parque Nacional de Bahuaja-Sonene – a espinha dorsal jurídica e ecológica do corredor no qual se insere grande parte da análise acima. O Vicariato não gera essa voz política indígena; a FENAMAD vem fazendo isso há mais de quatro décadas. Mas ela se situa na interseção entre as reivindicações de conhecimento religioso, científico e indígena de uma forma que poucas outras instituições em MDD conseguem. O Sínodo Amazônico de 2019 do Papa Francisco e a exortação pós-sinodal *Querida Amazônia* (2020) reformularam teologicamente essa interseção, tratando as cosmovisões indígenas amazônicas como fontes de insight ecológico e renovação pastoral, em vez de objetos de evangelização. As instituições PUAM, REPAM e CEAMA descritas na seção 2 são a expressão operacional dessa reorientação. O envolvimento da COOPSSUR com a comunidade Amahuaca de Boca Pariamanu é um exemplo pequeno, mas concreto: em vez de encaixar a comunidade no modelo existente da cooperativa, a assistente social do Vicariato ajudou o comitê de mulheres a se constituir em seus próprios termos como uma *junta comunal*.

Vale a pena refletir sobre as condições necessárias para replicar a abordagem do Vicariato em outros contextos, por mais exigentes que sejam. O que torna o Vicariato eficaz no MDD não é uma intervenção isolada, mas uma combinação de ativos institucionais: parceiros científicos com relações profundas com a comunidade, um banco estatal disposto a conceder crédito preferencial a uma cooperativa bem administrada, um governo regional aberto a parcerias de promoção da marca territorial e cerca de sete décadas de presença pastoral da Ordem Dominicana, que remonta à elevação do Vicariato em 1956, sem a qual nenhuma dessas relações poderia ter sido construída. Fundamentalmente, a confiança institucional de que o Vicariato goza hoje junto à FENAMAD, à FADEMAD, aos Amahuaca e a outros grupos organizados da região é a longa sombra dessa história pastoral voltada para os indígenas; não é um complemento aos ativos listados acima, mas sua pré-condição. As características geográficas e culturais de MDD também são únicas na região. O caso de Madre de Dios demonstra que esse tipo de papel de governança construtiva é viável, mas não é um modelo que possa ser reproduzido mecanicamente. Outras instituições da Igreja que enfrentam desafios comparáveis em regiões de mineração informal – desde o *galamsey* em Gana até a ASGM nas Filipinas – podem ter alguns ou todos esses ativos, mas onde algum deles estiver ausente, o modelo deve ser adaptado. Onde não houver parceiros científicos locais, a função de assistência técnica precisaria ser desempenhada pela própria diocese ou por parceiros acadêmicos internacionais. Quando as agências estatais estão submetidas aos interesses da mineração, parcerias com bancos públicos ou serviços de extensão podem não estar disponíveis, e a cooperativa deve contar com financiamento privado ou internacional. Quando a presença pastoral da Igreja não teve tempo ou profundidade suficientes para gerar confiança na comunidade, uma cooperativa análoga à COOPSSUR pode ter dificuldade em alcançar a confiabilidade que possibilita o crédito preferencial e o poder de convocação. O que o trabalho do Vicariato em MDD oferece a outras instituições da Igreja é menos um modelo replicável e mais um conjunto de princípios: paciência em vez de rapidez, investimento relacional em vez de intervenção programática, um acompanhamento das comunidades indígenas e outras comunidades historicamente marginalizadas em seus próprios termos, e a disposição de construir confiança institucional entre setores que normalmente são mantidos separados.

O Vicariato de Puerto Maldonado desenvolveu uma posição original na história do envolvimento da Igreja em torno da mineração no Peru: um ecossistema de governança construído sobre o acompanhamento e compromissos éticos. Em um contexto de expansão da mineração no Peru e de aceleração das mudanças climáticas, as contribuições mais significativas da Igreja Católica podem acabar não sendo declarações episcopais ou mediações, mas investimentos institucionais pacíficos desse tipo: a cooperativa cuja governança confiável libera crédito, a ONG científica cuja credibilidade une comunidades e pesquisadores, o agricultor cuja plantação de cacau em um antigo local de mineração demonstra, concretamente, que um futuro econômico diferente é possível. Se essas contribuições se mostrarão suficientes para a magnitude do desafio em Madre de Dios é uma questão em aberto que este estudo de caso não pode resolver. O que ele pode afirmar é que as comunidades religiosas podem contribuir para a governança sustentável das indústrias extrativas em contextos de fragilidade institucional e que esta é uma questão que a experiência do Vicariato torna novamente abordável.

Referências

- Araújo-Flores, J. et al. 2024. *New Wetlands in the Mining Areas of Madre de Dios: Opportunities and Challenges for Development and Conservation*. Madre de Dios, Peru: Amazonian Scientific Innovation Institute.
- Arellano-Yanguas, J. 2014. “Religion and resistance to extraction in rural Peru: Is the Catholic Church following the people?.” *Latin American Research Review* 49(S): 61–80.
- Artisanal Mining Grand Challenge: the Amazon. n.d. “[Lucila Huanca](#).”
- Asociación para la Investigación y Desarrollo Integral. 2020. “Minería ilegal en la zona de amortiguamiento de la Reserva Nacional Tambopata.”
- Ávila Fernández, R. 2004. “Iglesia y minería en el nororiente del Perú: Conflictos sociales y ambientales entre comunidades, empresas mineras y gobierno.” *Páginas* 29(187): 105–7.
- Banco Central de Reserva del Perú. Various years. [Statistical series on mining sector and GDP](#).
- Barreto, P. 2005. “El derecho a la vida y a la salud está por encima de cualquier otro.” *Páginas* 30(191): 80–85.
- Brooks, S. 1999. “Catholic activism in the 1990s: New strategies for the neoliberal age.” In *Latin American Religion in Motion*, eds. J. Prokopy and Ch. Smith. New York: Routledge.
- Caballero Espejo, J. et al. 2018. “Deforestation and forest degradation due to gold mining in the Peruvian Amazon: A 34-year perspective.” *Remote Sensing* 10(12): 1903. doi:10.3390/rs10121903.
- Cardó, Martín A. 2024. [Minería Ilegal en la Amazonía Peruana](#). Lima: Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible – Perú.
- Colombié, E. 2026. “[‘I’ll rip your head off’: Gang’s grip over gold mines sows terror in Peru’s La Pampa](#).” *France* 24, 13 February.
- Conservación Amazónica (ACCA)/ Proyecto Prevenir de USAID. 2022. [Estimación de la Población Minera Informal e Ilegal en el Departamento de Madre de Dios, a Partir del Uso de Imágenes Satelitales Submétricas](#). Lima, Perú.
- COOPSSUR. n.d. “[Nosotros](#).”
- Cortés-McPherson, D. 2019. “Expansion of small-scale gold mining in Madre de Dios: ‘Capital interests’ and the emergence of a new elite of entrepreneurs in the Peruvian Amazon.” *The Extractive Industries and Society* 6(2): 382–89.
- CPI Research. 2024. [Peru: Población 2024](#). Market Report.
- Damonte, G. H. 2018. “Mining formalization at the margins of the state: Small-scale miners and state governance in the Peruvian Amazon.” *Development and Change* 49(5): 1314–35.

- Dethier, E. N. et al. 2023. "Operation Mercury: Impacts of national-level armed forces Intervention and anticorruption strategy on artisanal gold mining and water quality in the Peruvian Amazon." *Conservation Letters* 16(5): e12978.
- Gerson, J.R. et al. 2022. "Amazon forests capture high levels of atmospheric mercury pollution from artisanal gold mining." *Nature Communications* 13(559).
- Gibb, H. and K. Gr. O'Leary. 2014. "Mercury exposure and health impacts among individuals in the artisanal and small-scale gold mining community: A comprehensive review." *Environmental Health Perspectives* 122(7): 667–72.
- Goldstein, R. 2022. "Life in traffic: Riddling field notes on the political economy of 'sex' and nature." *Cultural Anthropology* 37(2).
- Graeter, S. 2017. "To revive an abundant life: Catholic science and neoextractivist politics in Peru's Mantaro valley." *Cultural Anthropology* 32(1): 117–48.
- Hartigan, L. 2025. "[The price of gold is skyrocketing. Why is this, and will it continue?](#)" *The Conversation*, October 15, 2025.
- Helgen, E. 2020. "Bishops, Priests, and CELAM." In *The Oxford Handbook of Latin American Christianity*, eds. D. Th. Orique, S. Fitzpatrick-Behrens, and V. Garrard, 195–216. Oxford: Oxford University Press.
- Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana. 2025. "[El IIAP inaugura moderno laboratorio ambiental y fortalece la restauración de suelos degradados por minería.](#)" March 29, 2026.
- Instituto Nacional de Estadística e Informática. 2018. *Madre de Dios: Resultados Definitivos*. Lima, Perú: INEI.
- Keane, S. et al. 2023. "Mercury and artisanal and small-scale gold mining: Review of global use estimates and considerations for promoting mercury-free alternatives." *Ambio* 52(5): 833–52.
- Klarenberg, G. et al. 2018. "Highway paving in the Southwestern Amazon alters long-term trends and drivers of regional vegetation dynamics." *Heliyon* 4(8): e00721.
- Mainwaring, S. and A. Wilde. eds. 1989. *The Progressive Church in Latin America*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Ministerio Público Fiscalía de la Nación. 2020. "[Madre de Dios: 36 meses de prisión preventiva para 14 funcionarios implicados en tráfico de madera.](#)" September 21, 2020.
- Olano, Elías García. 2025. "[¿'Castigar' concesiones mineras 'ociosas'? Proyectos de ley podrían beneficiar a informales.](#)" *Gestión*. February 25, 2026.
- Orihuela, J. C. 2017. "Assembling Participatory Tambopata: Environmentality Entrepreneurs and the Political Economy of Nature." *Forest Policy and Economics* 80: 52–62.
- Orozco, Z. T and M. Arce. 2024. "Informal, legal, or illegal? Varieties of artisanal mining in the Global South." *World Politics* 76(4): 697–734.
- Paredes, M., C. Gianella, and S. Olivera. 2024. "Corrupting climate change institutions from the Inside: Systemic collusion in Peruvian forest governance." *Political Geography* 108: 102991.
- Solidaridad Network. N.d. "[RECLAIM Sustainability.](#)"
- SPDA. 2019. "[Minería ilegal en Madre de Dios: Operación Mercurio 2019, el baile de los que faltan.](#)" *Actualidad Ambiental*. March 13, 2019.
- Synod of Bishops. 1971. [Justitia in Mundo](#).
- Torre-Marín R. et al. 2021. [Towards Sustainable Futures for Nature and People. An Appraisal Report for Madre de Dios, Peru](#). Wyss Academy for Nature at the University of Bern..
- USAID/PERU. 2020. [Case Study: Artisanal and Small-Scale Mining in Madre de Dios, Peru](#). LAC Environment Case Study.
- Valdés, R., C. Basombrío, and V. Dante. 2019. *Minería no formal en el Perú: Realidades, tendencias y ¿soluciones?* Lima: Capital Humano y Social S.A.
- Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado. n.d. "[Quienes Somos.](#)".

- Wilson, A., A. Quiñón, and D. Sánchez-Ancochea. 2024. [*Hacia una mejor formalización de la minería artesanal y de pequeña escala \(MAPE\) en el Perú: Explorando cuellos de botella y opciones de política pública*](#). Centro de Estudios sobre Minería y Sostenibilidad de la Universidad del Pacífico y Departamento de Desarrollo Internacional de la Universidad de Oxford. Documento de Trabajo.
- World Gold Council. N.d. "[Price and Premium](#)."
- Zegarra, R. E. 2023. "The preferential option of the poor: Liberation theology, pentecostalism, and the new forms of sacralization." *European Journal of Sociology* 64(1): 1–30.

Citação recomendada

McQuestion, Patrick (2026). "Mineração de ouro informal em Madre de Dios, Vicariato de Puerto Maldonado, Peru". En Severine Deneulin e Caesar Montevectchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si' Research Institute, Campion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/32952359>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Patrick McQuestion. Todos os direitos reservados.